

## SINOPSE DE REUNIÃO

### *“Reunião Conjunta da Diretoria Colegiada do CBH Lagos São João com o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão nº 61/2022”*

**Documentos convocatórios:** Ofícios CBHLSJ n.º 17, de 05 de março de 2024; e n.º 23, de 13 de março de 2024.

**Data:** 14/03/2024

**Hora:** 10h

**Local:** Videoconferência (plataforma *JitsiMeet*)

**Presentes:**

**Membros:** Eduardo Pimenta (Universidade Veiga de Almeida/Presidente); Dalva Mansur (Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável/Diretora do Subcomitê da Bacia do Rio Una); Caroline Fernandes (Concessionária Água de Juturnaíba/Vice-presidente); Leandro Coutinho (Colônia de Pescadores de Iguaba Grande - Z29/Secretário Geral); Edna Calheiros (Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS/Diretora do Subcomitê da Lagoa de Saquarema); Jorge Augusto (Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo); Keila Ferreira (Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo).

**Convidados:** Raquel Trevizam (Secretária Executiva do CILSJ); Cláudia Magalhães (Coordenadora Técnica-administrativa do CILSJ); Aline Rodrigues Ribeiro (Analista Técnica do CILSJ); Leonardo Nascimento (Analista Técnico do CILSJ); Samara Miranda (Assistente administrativo do CILSJ/CBHLSJ); Débora Gonzaga e Alan (Prefeitura Municipal de Silva Jardim).

**Pauta:**

- 1. Aprovação de sinopses de reuniões anteriores (Diretoria Colegiada: 08/11/2023; 23/11/2023; GACG: 13/12/2021; 12/12/2022);*
- 2. Indicação de representante(s) junto ao CERHI-RJ para o triênio 2024-2027;*
- 3. Apresentação da Execução do Programa Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) - Ano I - 2023;*
- 4. Aprovação do PAAD - Ano II - 2024, com saldos remanescentes de 2023;*
- 5. Planejamento para a Oficina de Revisão do Plano Plurianual de Investimentos (PAP);*
- 6. Assuntos Gerais.*

**Resumo:**

O Presidente do CBHLSJ, Sr. Eduardo Pimenta, iniciou a reunião, agradecendo a presença de todos. Em seguida, passou para o primeiro item da pauta.

- 1. Aprovação de sinopses de reuniões anteriores (Diretoria Colegiada: 08/11/2023; 23/11/2023; GACG: 13/12/2021; 12/12/2022);**

Não houve solicitações de alterações por parte dos presentes. Sendo assim, as sinopses foram aprovadas pela maioria dos membros.

- 2. Indicação de representante(s) junto ao CERHI-RJ para o triênio 2024-2027;**

A Sra. Aline Ribeiro (Analista Técnica do CILSJ) informou que o CBHLSJ foi inabilitado no Processo Eleitoral para renovação da Plenária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro (CERHI-RJ) devido à pendência do envio da ata da reunião da Diretoria Colegiada, que deveria aprovar os indicados para representar o Comitê junto ao órgão. Observou que na inscrição, o Sr. Eduardo Gomes Pimenta foi indicado como titular e o Sr. Leandro Coutinho Mattos como suplente, e, portanto, era necessário validar essa indicação em uma reunião da Diretoria. A Sra. Dalva Mansur (Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável/Diretora do Subcomitê da Bacia do Rio Una) expressou interesse em representar o Comitê. Explicou que havia recusado a representação anteriormente devido ao cansaço provocado pelo deslocamento até os locais das reuniões presenciais. No entanto, como as reuniões agora eram realizadas virtualmente, não havia mais impedimento. Assim, foi decidido que a Sra. Dalva Mansur seria a representante titular e o Sr. Leandro Coutinho Mattos o suplente. A Sra. Samara Miranda questionou se a aprovação da ata desta reunião poderia ser feita por e-mail, pois não haveria tempo hábil para fazê-lo na próxima reunião da instância, uma vez que o prazo para apresentar recurso era até o dia 20/03. Os diretores concordaram com a proposta. Sem mais comentários, prosseguiu-se para o próximo item da pauta.

### **3. Apresentação da Execução do Programa Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) - Ano I - 2023;**

Dando início a apresentação, a Sra. Cláudia Magalhães (Coordenadora Técnica-administrativa do CILSJ) projetou o Plano Plurianual de Investimentos (PAP) do CBHLSJ 2023 a 2027 para que os membros pudessem visualizar os valores previstos. A Sra. Cláudia recordou que em outubro de 2022 o PAAD para o ano de 2023 foi elaborado, no entanto, devido à necessidade de aprovação até dezembro de 2022, o saldo disponível em outubro de 2022 foi usado para preparar o PAAD, que começaria a ser executado a partir de janeiro de 2023. Entretanto, para garantir maior precisão e transparência, o PAAD foi corrigido em janeiro de 2023, levando em conta os saldos reais de dezembro de 2022. Esta revisão foi aprovada em março de 2023. O saldo real disponível em contrato para trabalho em janeiro de 2023 era de R\$17.686.937,34. Informou que em 2023, além dos recursos inicialmente previstos no PAP, foram repassados valores da CUTE. O valor da CUTE destinado ao custeio foi mantido em uma conta denominada Conta Reserva e só poderia ser utilizado com a deliberação do Comitê. Sendo assim, o repasse total em 2023 foi R\$4.222.177,05, das seguintes fontes R\$1.081.535,95 (CUTE) + R\$2.690.641,10 (PAP-2023) + R\$450.000,00 (compensação financeira). A Sra. Cláudia Magalhães ponderou que o recurso da compensação financeira só foi transferido ao CILSJ em janeiro de 2024, apesar da ordem bancária ter sido emitida pelo INEA em dezembro de 2023. Em seguida, a Sra. Cláudia Magalhães projetou os saldos para custeio da Entidade Delegatária. Esclareceu que em dezembro de 2022 o saldo do custeio era de R\$339.664,17, desse montante, R\$107.853,79 foi contingenciado para custear ações emergenciais, conforme previsão no Contrato de Gestão. Destacou que o saldo da conta de custeio não era cumulativo, ao contrário do investimento. Isso significa que o montante não utilizado durante o ano em curso seria deduzido do valor previsto para repasse no ano seguinte. Em seguida, a Sra. Cláudia Magalhães projetou a composição do valor de custeio repassado para 2023, informando que a receita do custeio foi no montante de R\$2.530.770,43. Posteriormente, projetou a planilha com detalhamento das despesas liquidadas em 2023. Explicou que apesar de ter sido pago o montante de R\$1.186.394,25, apenas R\$930.720,98 correspondiam ao plano de trabalho de 2023, enquanto o restante se referia ao Plano de Trabalho de 2022. A Sra. Cláudia Magalhães informou que o saldo final do Custeio, em dezembro de 2023, ficou negativo em R\$115.919,26. Isso aconteceu devido o recurso da compensação financeira não ter sido repassado em 2023, como previsto. Por esse motivo, foi necessário usar o recurso contingenciado para cobrir o saldo negativo, o qual foi repostado após o

repassa da compensação financeira. Diante do exposto, informou que após a contabilização do repasse do INEA em janeiro de 2024, o saldo remanescente do Ano I – 2023 era de R\$151.727,39. A Sra. Cláudia Magalhães projetou os saldos consolidados das contas do CILSJ em 2023, considerando o saldo do custeio da Entidade Delegatária e o montante acumulado na fonte investimentos, que contabilizava o total de R\$20.300.008,28. A Sra. Dalva Mansur questionou se a prestação de contas foi apresentada ao Sr. Arnaldo Villa Nova, na qualidade de membro do Conselho Fiscal do CILSJ. A Sra. Cláudia Magalhães respondeu negativamente, porém prometeu enviá-la ainda hoje, junto com os extratos bancários. Mencionou, também, que a prestação de contas já havia sido enviada na íntegra ao Tribunal de Contas do Estado e ao INEA. A Sra. Cláudia Magalhães apresentou a planilha contendo as ações e atividades realizadas pelo CILSJ em atendimento ao CBHLSJ, totalizando 363 registros. Em seguida, exibiu o relatório de execução físico-financeira das Ações da Diretoria, indicando um saldo de R\$333.138,10 para o ano de 2023. Informou que o total das despesas foi de R\$116.022,13, resultando em um saldo remanescente de R\$216.600,38 ao final de dezembro de 2023. Enfatizou que o rendimento das aplicações foi considerável, explicando que para obter uma rentabilidade mais elevada, os fundos foram agregados para investimento em CDB, e esse saldo era redistribuído proporcionalmente entre as rubricas. Esclareceu que esse tipo de investimento proporcionava maior lucratividade em comparação com a conta poupança. A Sra. Dalva Mansur expressou que não compreendia a razão pela qual não foi liberado recurso para custear o almoço dos participantes da visita técnica na Bacia Hidrográfica (BH) do Rio Una, especialmente considerando que havia fundos disponíveis. Enfatizou que essa falta de liberação resultou na redução do roteiro da visita técnica. Dando continuidade, a Sra. Cláudia Magalhães projetou o Anexo II do PAAD, que tratava dos Indicadores de Desempenho. Abordando os Indicadores 1 e 2, que mediam o nível de organização do planejamento anual de atividades e atendimento as demandas do CBHLSJ, respectivamente, informou que a Delegatária obteve nota satisfatória, ficando bem próximo do planejado; Sobre o Indicador 3, que tratava do índice de execução física de ações prioritárias, informou que o Comitê definiu como ações prioritárias seis projetos, com a valiosa contribuição da Sra. Marianna Cavalcante, Coordenadora de Projetos na época. Sendo assim, o CILSJ atingiu 100% da meta; Com relação ao Indicador 4, que avaliava a capacidade do CILSJ de comprometer os recursos aprovados pelo Comitê, restritos às rubricas de investimentos, com uma meta mínima de 25% do valor previsto. Neste indicador, o CILSJ conseguiu comprometer R\$9,7 milhões dos R\$10,8 milhões previstos, o que equivale a 90% do valor planejado; O Indicador 5, por sua vez, avaliava o comprometimento dos recursos de todo o CG, incluindo investimentos, custeio da Delegatária e ações da diretoria, com uma meta mínima de 30% do valor previsto. O CILSJ conseguiu comprometer R\$10,8 milhões dos R\$12,03 milhões planejados, o que representa 90% do valor estabelecido; Sobre o Indicador 6, que tratava da execução financeira total da entidade Delegatária, no CG estava estabelecido que a eficiência da gestão do CILSJ seria avaliada com base no menor percentual de utilização dos recursos do PAP em custeio da Delegatária, sendo a meta para o último ano de até 10% de utilização dos recursos do PAP. A Sra. Cláudia Magalhães informou que o montante previsto para ser utilizado era de R\$1.029.267,34, no entanto, acabou sendo utilizado 94% desse valor. Por fim, a Sra. Cláudia Magalhães apresentou a projeção do resultado final da avaliação, com base na análise prévia do CILSJ. Informou que a expectativa era alcançar a nota geral de 8,4, sendo considerado conceito BOM, conforme diretrizes estabelecidas no CG. Posteriormente, a Sra. Cláudia Magalhães fez uma breve explanação sobre o status dos projetos dos projetos aprovados pelo Comitê. Rubrica Investimentos em Saneamento: informou que os projetos de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Iguaba Grande e Araruama estavam em execução; O processo de licitação para a contratação da obra em Silva Jardim foi suspenso devido a questões relacionadas ao licenciamento, que já estavam sendo resolvidas. Esperava-se que o certame fosse retomado até abril de 2024; sobre o projeto em Cabo Frio, seria realizada a

contração de assessoria para ajustar o projeto, à pedido da Concessionária Prolagos; sobre o projeto em Casimiro de Abreu, o certame para contratação de empresa para elaboração de laudo técnico de avaliação estrutural e condições de reforma dos módulos da Estação de Tratamento de Esgotos estava agenda para a próxima semana. Rubrica Monitoramento dos Corpos Hídricos: informou que o contrato vigente finalizava em abril/2024, porém ainda havia um montante considerável na rubrica para contratar um novo programa. Rubrica Restauração Ecológica: informou que o replantio do primeiro projeto de reflorestamento na Bacia Hidrográfica (BH) do Rio São João foi concluído. Além disso, foi realizada uma licitação no dia anterior para contratar o segundo projeto de reflorestamento na mesma BH. No entanto, o processo foi suspenso para revisão da qualificação técnica das empresas concorrentes. A previsão era de que o resultado seria divulgado na semana seguinte. Rubrica Revisão do Plano de Recursos Hídricos: informou que o projeto estava em execução. Rubrica SIGA São João: informou que o contrato estava programado para encerrar em maio de 2024. Destacou a falta de previsão orçamentária no PAP do CBHLSJ para a manutenção do sistema, sendo esta questão levada à Diretoria em um momento posterior. Finalizou a apresentação, se colocando a disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas. O Sr. Eduardo Pimenta agradeceu pela apresentação e comentou que seria um excelente desempenho para o CILSJ se tudo se consolidasse conforme apresentado. Acrescentou que estava acompanhando outros Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) estaduais e, se esse resultado se confirmasse, o CBHLSJ se tornaria o comitê mais bem avaliado no Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Eduardo Pimenta reforçou a necessidade do envio da prestação de contas apresentada ao Sr. Arnaldo Villa Nova, conforme mencionado pela Sra. Dalva Mansur. Quanto à rapidez no envio da prestação de contas, a Sra. Cláudia Magalhães explicou que estava encontrando dificuldades devido à sobrecarga de trabalho na equipe da Delegatária, que estava acumulando diversas responsabilidades. Destacou que o envio só ocorria após uma minuciosa conferência para evitar discrepâncias. No entanto, essa questão seria resolvida, pois o CG previa a contratação de um sistema de gerenciamento financeiro. O Sr. Eduardo Pimenta mostrou compreensão em relação à situação do CILSJ. Sem mais comentários por parte dos membros, passou-se para o próximo item da pauta.

#### **4. Aprovação do PAAD - Ano II - 2024, com saldos remanescentes de 2023;**

O Sr. Eduardo Pimenta informou que, por motivos pessoais, não poderia prosseguir na reunião, passando a condução para o Secretário Geral do CBHLSJ, Sr. Leandro Coutinho. A Sra. Cláudia Magalhães projetou o PAAD – Ano II – 2024, contextualizando que o PAAD vigente foi aprovado pelo Comitê, em dezembro de 2023, com os saldos de setembro/2023. No entanto, era necessário aprovar o PAAD retificado, com os saldos de dezembro de 2023, para dar mais transparência ao processo e segurança. Seguiu a apresentação, detalhando os saldos disponíveis em cada rubrica. Abordando a Rubrica Investimentos em Saneamento, a Sra. Cláudia Magalhães informou que, dos R\$14,5 milhões referentes ao saldo remanescente de dezembro de 2023, um montante de R\$13,2 milhões já estava comprometido. Além disso, havia um total de R\$1,2 milhão disponível para ser alocado em novas ações. Para o ano de 2024, estava previsto o repasse de R\$1,9 milhão, que também necessitava ser direcionado para novos projetos. Sobre a Rubrica SIGA SÃO JOÃO, informou que havia um saldo de R\$11,9 mil o qual já estava comprometido em aditivo, que encerraria em maio/2024. Rubrica Monitoramento de Corpos Hídricos: informou que na rubrica havia um saldo de R\$611,8 mil, entretanto, apenas o montante de R\$86,8 mil estava comprometido. Além disso, havia um saldo de R\$166,3 mil disponível para alocação em novas ações, e o montante de R\$160,4 mil referente ao repasse de 2024, o qual também precisava ser alocado em novos projetos. Rubrica Revisão do Plano de Bacia: informou que o saldo disponível era de R\$1,18 milhão, sem previsão de repasse em 2024. Comentou que o projeto já estava em execução e que restava apenas o pagamento de aproximadamente R\$551 mil. Desta



forma, sobraria mais de R\$600 mil na rubrica, os quais possivelmente seriam utilizados para implementação do programa de Ações Previstas após a revisão do plano. Rubrica Restauração Ecológica: informou que havia um saldo de R\$721,08 mil, dos quais R\$443,6 mil estavam comprometidos. Além disso, não havia previsão de repasse para essa rubrica em 2024. Sobre as Rubricas Estudos de hidrodinâmica, balanço hídrico, assoreamento/Ações Emergenciais/Limpeza do Rio Una e Fundo de Boas Práticas Socioambientais em Microbacias Hidrográficas (FUNBOAS): Informou que o recurso alocado para as ações previstas era insuficiente para executá-las. Rubrica Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama: Informou que o saldo remanescente na rubrica era de R\$132,9 mil, dos quais R\$72,5 mil estavam comprometidos, resultando em um montante de R\$60,4 mil disponíveis para serem alocados em ações que a Câmara Técnica de Pesca deliberasse. Além disso, não havia previsão de repasse para essa rubrica em 2024. Rubrica Monitoramento Estatístico Pesqueiro e Auxílio à Pesca: informou que na rubrica havia um saldo de R\$684 mil, o qual não foi comprometido. Destacou que, dentre as ações planejadas nessa rubrica, a única que teve andamento foi o projeto de Monitoramento Estatístico dos Estoques Pesqueiros na bacia do Rio São João, por meio de um acordo de cooperação técnica com a FIPERJ. Esse acordo visava auxiliar o CILSJ na elaboração do projeto para contratação. O Sr. Leandro Coutinho questionou sobre o valor do contrato de aluguel da marina e sua vigência. A Sra. Cláudia Magalhães respondeu que o valor da resolução que previa recursos para essa ação foi de R\$12 mil. No entanto, o serviço foi contratado por R\$8.280,00, com uma vigência de 12 meses. A Sra. Débora Gonzaga (representando a Diretora do Subcomitê da Bacia do Rio São João e a Prefeitura Municipal de Silva Jardim) questionou, via chat, a situação do projeto de esgotamento sanitário em Silva Jardim. A Sra. Cláudia Magalhães explicou que o processo de licitação para contratar a empresa responsável pela execução da obra foi suspenso após uma visita técnica ao local revelar que a área destinada à construção do biodigestor estava invadida. Considerando a responsabilidade do CILSJ na aplicação dos recursos, informou que seria agendada uma reunião com a Prefeitura para resolver essas questões. A Sra. Raquel Trevizam (Secretária Executiva do CILSJ) completou, informando que conversou com a Secretária Municipal de Meio Ambiente, Sra. Gabriela Figueiredo, sobre a vistoria. Ficou acordado que um ofício seria enviado à prefeitura relatando as questões levantadas pelos técnicos, a fim de solucioná-las. Nessa conversa, a Secretária mencionou que nos próximos dias iria ao local com o Sr. Alan, um dos técnicos que participou da visita, para discutir as situações identificadas. A Sra. Débora Gonzaga mencionou que soube que o processo de licenciamento da obra estava pendente devido à falta de entrega de documentos por parte do CILSJ. A Sra. Cláudia Magalhães explicou que todos foram surpreendidos durante a visita técnica quando souberam que o procedimento estava incompleto, com documentos pendentes. Segundo seu entendimento, o CILSJ já havia cumprido todos os requisitos exigidos pela prefeitura. No entanto, afirmou que tomaria as medidas necessárias para resolver a situação com rapidez. A Sra. Raquel Trevizam observou que a Sra. Gabriela Figueiredo indicou que essa pendência de documentos não era real. De qualquer forma, seria enviado um ofício para agendar uma reunião e discutir pessoalmente essas questões levantadas, pois havia uma aparente divergência entre os encaminhamentos e o que foi dito pela Secretária. A Sra. Dalva Mansur questionou se havia parecer do IBAMA sobre o projeto, uma vez que a área de intervenção ficava dentro da Área de Proteção Ambiental do Rio São João. A Sra. Cláudia Magalhães argumentou que quem deveria dar esse parecer era o ICMBio e afirmou que foram realizados todos os trâmites legais necessários para a execução do projeto. Acrescentou que a responsabilidade desse procedimento era da Prefeitura. A Sra. Dalva Mansur aconselhou que o CILSJ acompanhasse de perto essa situação, pois havia o risco de a prefeitura não cumprir e, posteriormente, enfrentar problemas. A Sra. Débora Gonzaga mencionou que todo o material recebido pela prefeitura, após análise, era encaminhado ao ICMBio para emissão da Autorização de Licenciamento Ambiental (ALA). Destacou também

que ainda não havia sido solicitada a autorização do órgão devido a pendência de documentos. A Sra. Débora Gonzaga perguntou se, durante a elaboração do projeto executivo, não foi observado que havia casas no local. A Sra. Dalva Mansur observou que casas aparecem de repente, especialmente quando sabem que haverá obra no local. Em seguida, questionou se havia uma lista das pendências. A Sra. Débora Gonzaga informou que essa lista era enviada na forma de notificação, mas poderia ser disponibilizada, se necessário. A Sra. Dalva Mansur perguntou se a prefeitura sugeriu outro local para construir o biodigestor. O Sr. Alan (Analista Técnico da Prefeitura de Silva Jardim) afirmou que, por parte da Secretaria de Meio Ambiente, não houve atraso e que estava analisando o processo com todo o cuidado. Como mencionado anteriormente, durante a visita técnica, foi identificada uma área pública onde seria necessário solicitar um direito de cessão, o que ainda não foi feito. Observou que nessa área pública havia alicerces que poderiam causar problemas futuramente e que deveria ser verificada a possibilidade de remanejamento para uma área mais baixa do local. Informou que as pendências incluíam a apresentação de um estudo sobre a qualidade do efluente a ser lançado no rio e o parecer da Secretaria de Serviços Públicos sobre os caminhões para limpeza do lodo. Mencionou, também, que outra questão levantada foi a ligação das residências ao sistema, especialmente considerando que a população beneficiada era de baixa renda. Sugeriu, então, realizar um trabalho social com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e as concessionárias de esgoto para verificar se poderiam ajudar os moradores a fazer essa ligação. A Sra. Cláudia Magalhães alertou que essa não era a instância apropriada para discutir essa situação e, por isso, seria enviado um ofício à prefeitura solicitando o agendamento de uma reunião. Ressaltou que era importante esclarecer que o projeto foi proposto pela própria prefeitura e que o projeto executivo foi enviado para análise e aprovação. Acrescentou que a última notificação da prefeitura foi atendida em dezembro de 2023. A Sra. Cláudia Magalhães mencionou que um dos maiores desafios na execução das obras de saneamento era a dificuldade das prefeituras em dar encaminhamento para a licença ambiental, o que impedia a execução efetiva do projeto. A Sra. Aline Ribeiro apresentou a última notificação da prefeitura recebida pelo CILSJ em 30 de novembro de 2023, que continha as pendências e questionamentos sobre o projeto. Informou que as pendências foram atendidas em dezembro de 2023, conforme mencionado pela Sra. Cláudia Magalhães. No entanto, durante a vistoria, foram levantadas outras questões técnicas, que seriam discutidas diretamente com a prefeitura. Não havendo mais comentários por parte dos membros, foi colocada em votação a aprovação do PAAD - Ano II - 2024, com saldos remanescentes de 2023. O mesmo foi aprovado pela maioria dos membros presentes. Passou-se então para o próximo item da pauta.

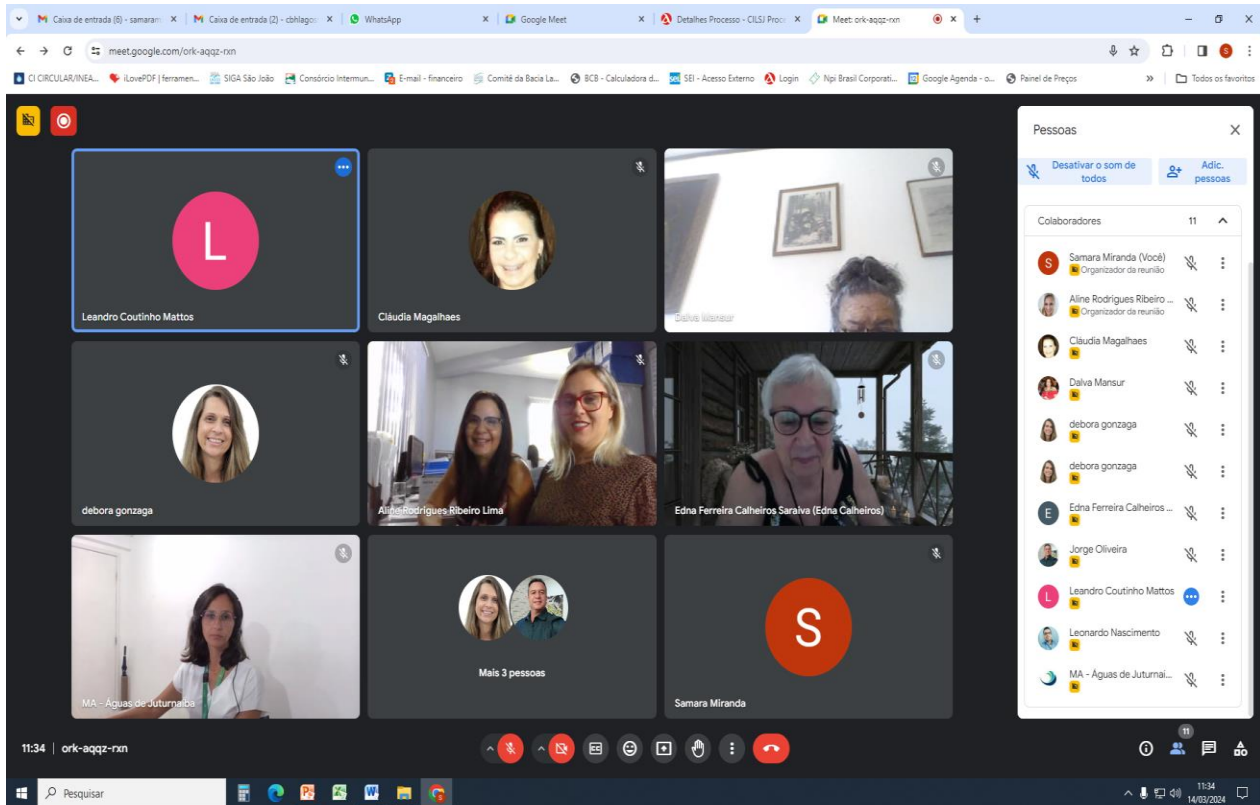
#### **5. Planejamento para a Oficina de Revisão do Plano Plurianual de Investimentos (PAP);**

A Sra. Cláudia Magalhães explicou que era necessário realizar a oficina de revisão do PAP do CBHLSJ e aprová-la em plenária até maio de 2024, para ser encaminhada ao CERHI-RJ até junho. Propôs, então, realizar uma oficina presencial no dia 10 de maio de 2024, das 9h às 17h. Para isso, o CILSJ já teria em mãos o produto da revisão do Plano de Bacia, que seria gerado na oficina de 21 de março de 2024, que são justamente os indicadores de projetos e ações a serem realizados no âmbito do Plano. Em seguida, a Sra. Cláudia Magalhães mencionou que este ano o CBHLSJ completava 20 anos de constituição, sugerindo realizar uma festa de comemoração. A Sra. Aline Ribeiro apresentou o convite para a Oficina de Revisão do Plano de Bacia, destacando a importância da participação dos membros, pois seria na mesma que o plano de ações para a BHLSJ seria construído. A Sra. Edna Calheiros (Diretora do Subcomitê da Lagoa de Saquarema) questionou se as despesas com deslocamento para a referida oficina seriam reembolsadas. A Sra. Samara Miranda esclareceu que os membros teriam direito ao reembolso para deslocamento mediante apresentação do formulário correspondente juntamente com os comprovantes de

despesa, e que não seria disponibilizada ajuda de custo, pois no evento seria servido coffee break.

Não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada.

### Registro Fotográfico:



**Relator:** Samara Miranda, revisado por Cláudia Magalhães

**Elaborado em:** 15/03/2024, revisado em 19/03/2024

**Aprovado em:** 20/03/2024



**EDUARDO GOMES PIMENTA**

Diretor-Presidente do CBHLSJ